



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL - TACA Nº 05/2016 – IPAAM**

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL - TACA** que entre si celebram o **INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM** e **MARIA DE OLIVEIRA LIRA**, referente aos autos do **Processo Administrativo nº0279/T/10 – IPAAM**.

Pelo presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL - TACA**, **Maria de Oliveira Lira**, brasileira, casada, agricultora, portador da cédula de identidade nº 0119243-4 SSP/AM, inscrito no CPF sob o nº 201.797.662-87, residente na Rua Santa Etelvina nº94, Bairro: Betânia, CEP: 69000-000, Manaus– AM, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, OBRIGA-SE perante a **AUTORIDADE AMBIENTAL** do **INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS - IPAAM**, com sede nesta capital, na Avenida Mário Ypiranga Monteiro, nº 3.280 - Parque 10 de Novembro, aqui denominado **COMPROMITENTE**, representado por sua Diretora-Presidente, **ANA EUNICE ALEIXO**, brasileira, advogada, portadora da Carteira de Identidade nº 214.715 e do C.P.F. nº 551.368.267-20, a ADOTAR as medidas a seguir indicadas, com arrimo no disposto no art. 225, § 3º, da Constituição Federal, art. 237 da Constituição do Estado do Amazonas, art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 6.938/81, art. 2º, inciso V, da Lei Estadual nº 1.532/82 e suas alterações, bem como nas atribuições conferidas pela Lei Delegada nº 102/2007, e pelo art. 139, do Decreto Federal nº 6.514/08, observadas as cláusulas e condições seguintes:

**CAPÍTULO I - DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta a **COMPROMISSÁRIA** se compromete, perante a **AUTORIDADE AMBIENTAL**, a adotar as medidas e condicionantes técnicas previstas no presente instrumento, relacionada à infração que deu origem ao Auto de Infração nº 003524/10 - qual seja: *fazer uso de fogo em 03(três) hectares de áreas agropastoris, sem autorização do órgão ambiental competente* - buscando, deste modo, cessar, adaptar, recompor, corrigir ou minimizar seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, observando rigorosamente os prazos assinalados, **contados a partir da assinatura deste termo**.

**CAPÍTULO II – DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Sem prejuízo de outras obrigações constantes neste Termo, a





GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

**COMPROMISSÁRIA** se obriga a:

1. Fazer doação à este IPAAM/Gerência de Educação Ambiental (GEAM), no prazo de 9 meses, de 300 (trezentas) mudas de Açaí (*Euterpe Olerácea* Mart);
2. Fazer doação à este IPAAM/ Gerência de Educação Ambiental (GEAM), no prazo de 9 meses de 300 (trezentas) mudas de Andiroba (*Carapa guianensis* Alubi);

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Durante o período compreendido entre a data de assinatura deste termo e o efetivo cumprimento das obrigações assumidas na **CLÁUSULA SEGUNDA**, a **COMPROMISSÁRIA** não ficará isenta de cumprir as demais determinações impostas pela legislação ambiental federal, estadual e municipal vigentes, e tampouco se eximirá de cumprir determinações ou prestar os esclarecimentos ou informações solicitadas e exigidas pelo **INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS - IPAAM** ou pelos demais órgãos e entidades competentes, tendentes a evitar ou corrigir possíveis impactos no meio ambiente, sob pena de serem tomadas as medidas judiciais e administrativas cabíveis, bem como a aplicação das multas a que se referem a Lei Estadual nº 1.532/82 e suas alterações, o Decreto Estadual nº 10.028/87 e o Decreto Federal nº 6.514/08.

**CLÁUSULA QUARTA:** A qualquer momento, durante a vigência deste Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental - TACA, a **COMPROMISSÁRIA** poderá ter sua atividade vistoriada por equipe técnica credenciada do IPAAM que, detectando efetivos danos ao meio ambiente, adotará as medidas cíveis e criminais cabíveis, e aplicará as sanções administrativas previstas na legislação ambiental em vigor, inclusive as multas a que se referem a citada Lei Estadual nº 1.532/82 e suas alterações e o mencionado Decreto Estadual nº 10.028/87, ou se for o caso, a Lei Federal nº 9.605/98, bem como o Decreto Federal nº 6.514/08.

### **CAPÍTULO III – DA REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA**

**CLÁUSULA QUINTA:** Fica determinada a redução do valor da multa aplicada por meio do Auto de Infração nº 003524/10, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) em 90% (Noventa por cento) conforme autoriza o art. 4º, §2º, da Lei Delegada nº 102/2007, cujo valor corresponde à quantia de **R\$ 300,00 (trezentos reais)**.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O referido valor deverá ser recolhido junto ao Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA, agência 3205, conta corrente 00000 146-7, aplicação 006, Banco Caixa Econômica Federal, conforme estabelece o art. 29, IV, da Lei nº 2.985/05, dentro do prazo de 20 dias, a contar da assinatura deste Termo.





GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

#### **CAPÍTULO IV - DA FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS**

**CLÁUSULA SEXTA:** O acompanhamento, a fiscalização e a verificação do presente Termo de Ajustamento será realizado pela Diretoria Técnica do IPAAM que, ao final do período previsto na **CLÁUSULA SEGUNDA**, realizará Relatório Técnico Circunstanciado.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O **COMPROMITENTE** poderá realizar vistorias, requisitar informações, relatórios e tudo mais que entender relevante para o cumprimento do disposto no *caput*.

#### **CAPÍTULO V – DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O presente Termo, com caráter cogente entre as partes e eficácia de título executivo, **produzirá efeitos legais a partir de sua assinatura.**

**CLÁUSULA OITAVA:** O presente Termo tem sua validade limitada ao prazo necessário ao cumprimento das obrigações assumidas na **CLÁUSULA SEGUNDA**, qual seja 9 (nove) meses, ficando responsável a Área Técnica, pela liberação das atividades quando totalmente cumpridas as formalidades.

#### **CAPÍTULO VI - DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA NONA:** Fica a **COMPROMISSÁRIA** obrigada à publicação do extrato do presente Termo no Diário Oficial do Estado no **prazo de 30 (trinta) dias**, contados de sua assinatura, correndo os respectivos encargos por sua conta.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A ausência de publicação configura descumprimento do presente termo, ensejando a sua rescisão de imediato e a consequente adoção das medidas judiciais cabíveis.

#### **CAPÍTULO VII – DAS PENALIDADES**

**CLÁUSULA DÉCIMA:** O não cumprimento de qualquer das obrigações estipuladas e assumidas neste Termo, dentro dos prazos já expostos, implicará na aplicação de **multa diária no valor de R\$ 100,00 (cem reais)**, ao limite de 30 (trinta) dias-multa, conforme previsto no art. 49, do Decreto 10.028/87.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O descumprimento total ou parcial do presente Termo de Ajustamento de Conduta implicará na esfera administrativa, a imediata inscrição do débito em Dívida Ativa para cobrança da multa resultante dos autos de infração em seu valor integral, qual seja, de **R\$ 3.000,00 (Três mil reais)**, conforme previsto no inciso I, do § 4º, do art. 146 do Decreto Federal 6.514/08.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Na esfera cível, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial, ensejará a imediata execução judicial sobre o valor do ajuste às obrigações



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

assumidas, bem como as multas diárias administrativas impostas, na forma do disposto no art. 585, II, do Código de Processo Civil, corrigidos monetariamente pelo INPC ou por outro que vier a substituí-lo, sem prejuízo das demais sanções administrativas aplicadas à espécie.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** Não construirá descumprimento do presente Termo a eventual inobservância pela **COMPROMISSÁRIA** dos prazos estabelecidos, desde que resultante, comprovadamente, de caso fortuito e força maior, na forma prescrita no artigo 393 do Código Civil.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A ocorrência de caso fortuito e força maior deverá ser comunicada ao **COMPROMITENTE** no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua ocorrência, sendo este Termo, então, **suspenso**, por prazo determinado pela Diretoria Técnica do IPAAM, após análise do comunicado, salvo se a comunicação se der fora deste prazo ou considerada manifestamente inaceitável.

### **CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** O presente Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental – TACA tem caráter eminentemente administrativo e passa a fazer parte integrante do Processo nº 0279/T/10 – IPAAM, devendo, nesta data, ser providenciada pela Diretoria Jurídica - DJ a juntada de uma cópia ao citado processo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Este Termo somente poderá ser alterado por escrito, mediante celebração de termo Aditivo.

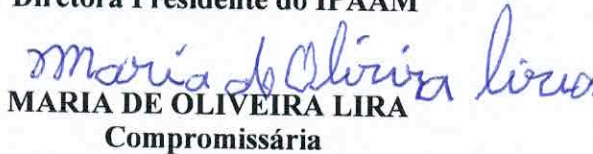
### **CAPÍTULO IX – FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Fica eleito o foro da Comarca de Manaus para dirimir as questões decorrentes deste compromisso.

E, por estarem ajustadas, assinam as partes o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Gabinete da Presidência do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, em Manaus, 06 de julho de 2016.

  
**ANA EUNICE ALEIXO**  
Diretora Presidente do IPAAM

  
**MARIA DE OLIVEIRA LIRA**  
Compromissária





GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

TESTEMUNHAS:

1. Miguelo Falcão

CI nº 0857-798-6

CPF nº 815.317-682-53

2. \_\_\_\_\_

CI nº \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_